



GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais – Trabalho 1113

O IMPACTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFF NA MOBILIDADE SOCIAL DOS NEGROS

Deise Guilhermina da Conceição - UFF

Agência Financiadora: CNPQ

Resumo

O presente estudo tem como principal temática a análise do impacto dos cursos de graduação da Universidade Federal Fluminense sobre a mobilidade socioeconômica de estudantes negros. Sabemos que historicamente a população negra possui menos anos de escolaridade se comparada à população branca e que o acesso à educação pode desdobrar-se em vantagens sociais e econômicas. O objetivo deste trabalho é utilizando o banco de dados da Coseac/Uff, mapear os atores sociais envolvidos neste processo, isto é, os profissionais negros que ingressaram nos cursos de graduação da Uff no ano de 2004 e verificar o impacto dos cursos de graduação nas vidas dos sujeitos. Procuramos uma cadeia de informantes que nos permita trabalhar com uma noção de tempo estendida e fundada na pluralidade da vida social e das experiências humanas analisando desta forma um processo que iniciou-se num tempo recente e seus desdobramentos no cotidiano dos sujeitos envolvidos.

Palavras-chave: Mobilidade, Educação e Relações Raciais

1- Introdução:

O presente texto visa destacar peculiaridades da pesquisa, a qual tem por objetivo elucidar o impacto dos cursos de graduação da Universidade Federal Fluminense na mobilidade social dos estudantes negros que ingressaram na instituição em 2004 e se graduaram pela mesma, verificando se a conquista do nível superior representa ascensão social para esses sujeitos.

As pesquisas realizadas no Brasil sobre o assunto são as principais referências teóricas pertinentes ao tema. Dentre os autores, destaco Iolanda de Oliveira (2015), Carlos Hasenbalg (1988) e Antônio Carlos Costa Ribeiro (2012).

O interesse pelo tema surgiu a partir de minha experiência no magistério ao longo de 16 anos, durante os quais observei atentamente a trajetória dos meus colegas, pessoas cujas famílias concentravam-se nos estratos ocupacionais inferiores (categoria proposta por

Hasenbalg, 1998) e que investiram em cursos de licenciatura, ingressaram no magistério como profissionais e, através dele, alcançaram crescimento social e econômico. A partir dos relatos das histórias de vida desses sujeitos, registrados em minha dissertação de Mestrado, pude verificar como se deu tal processo.

Os relatos de vida de meus colegas pareceram comprovar que apesar da desvalorização dessa área, para determinados sujeitos, o curso de licenciatura promoveu a sua ascensão. Tal observância cotidiana provocou meu interesse em investigar se minhas impressões se confirmariam em relação aos graduados negros que atuam no magistério. Entretanto, em decorrência do acesso aos resultados da pesquisa realizada sobre o impacto da seleção para os cursos de graduação da UFF nos candidatos negros no período 2004/2012, publicada pelo Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira PENESB/UFF no ano de 2015, chamou-me atenção o fato de que os negros estão presentes em todos os cursos de graduação oferecidos pela UFF, ainda que esta presença seja mais significativa nos cursos de licenciaturas, Serviço Social e Enfermagem. Desta forma, a pesquisa em questão investiga os egressos de todos os cursos de graduação da UFF cuja matrícula se deu no ano de 2004.

É importante informar que, embora a referida pesquisa tenha sido realizada em uma série temporal de 9 anos, fiz opção pelos ingressantes do ano de 2004 que se graduaram, cuja presença por cor, de acordo com os dados, mostra-se da seguinte forma:

Quadro 1- Situação dos candidatos negros que ingressaram na UFF em 2004 por cor

Vestibular 2004 – situação dos candidatos por cor				
COR	INSCRITOS	APROVADOS	Classificados Nº	Classificados %
Branca	26.135	9.174	2.512	64,10
Preta	3.904	823	189	4,82
Parda	16.140	4.479	1.133	28,91
Amarela	1027	251	55	1,40
Indígena	383	109	30	0,77
Total	47.589	14.836	3919	100%

Fonte: Coseac/UFF

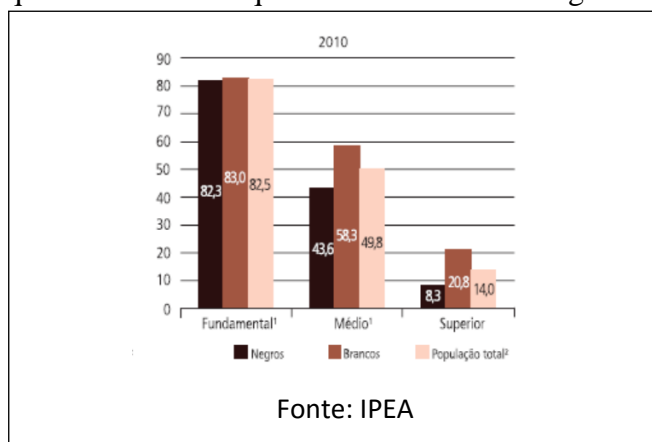
Esta pesquisa se justifica porque evidencia, por meio de dados atuais, que as desigualdades entre brancos e negros se comprovam em todos os setores, sendo importante averiguar a influência da Educação Superior na mobilidade social ascendente dos negros.

Sabe-se que historicamente a população negra possui menos anos de escolaridade se comparada à população branca, maiores taxas de analfabetismo e evasão escolar (Censo-2010). O investimento na Educação da população negra pode instrumentalizar esses sujeitos com conhecimento capaz de esclarecer sobre a necessidade de lutar contra todas as disparidades que acometem esse segmento. Seja no trabalho, na saúde ou educação, isso potencializa a ação social organizada contra todas as mazelas que vêm acometendo essa parcela significativa da população ao longo de toda História do Brasil.

Investir na Educação dessa parcela implica atenção a todos os níveis. Segundo o relatório do IPEA (2013), utilizando a metodologia quantitativa com exclusividade, é a partir do Ensino Médio que as dificuldades de permanência da população negra acentuam-se. Enquanto 58% dos jovens brancos entre 15 e 17 anos frequentam o Ensino Médio, apenas 44% dos jovens negros na mesma faixa etária frequentam o nível intermediário. É possível que a política dos ciclos, teoricamente aceitável em sua prática, avaliada apenas quantitativamente, mascare as fragilidades do Ensino Fundamental, evidenciando uma falsa equiparação público/privado.

Segundo o relatório supracitado, em 2010 a frequência de jovens brancos no Ensino Superior era 2,5 vezes maior se comparada com o acesso de jovens negros ao Ensino Universitário e, conforme Oliveira (2015) informa, a maior parte dos estudantes universitários negros está alocada nas carreiras de menor prestígio social e retorno econômico.

Frequência Escolar Líquida¹ no ano de 2010 segundo o IPEA



¹ Fornece percentual da população por faixa etária que frequenta escola, considerando a correspondência série/ idade e o grau de ensino da matrícula. (www.terra.com.br)

Conforme verificamos no gráfico acima, a população negra é sub-representada em todos os níveis de ensino. A discrepância mostra-se mais significativa no Ensino Superior, refletindo a debilidade da Educação oferecida a esse segmento da população, face às exigências para ingresso no Ensino Superior, a despeito das políticas de Ações Afirmativas raciais vigentes desde o início deste século. Uma população não educada tem reduzidas suas possibilidades de luta contra as mazelas que lhe acometem, além de estar excluída do exercício das profissões de maior prestígio, de liderança e que são contempladas com maiores salários. A Educação, antecipando o ingresso no mercado de trabalho, condiciona o lugar que os sujeitos ocupam na vida profissional, relegando os negros às atividades de menor prestígio social, com menores salários e menores possibilidades de atuar como líderes.

Sendo assim, este trabalho visa verificar a Educação oferecida à população negra, com ênfase ao Ensino Superior possibilita a mobilidade social e econômica dos sujeitos. Intento, a partir do banco de dados da Coseac/UFF, mapear os profissionais negros que ingressaram nos cursos de graduação da UFF no ano de 2004 e verificar o impacto dos mesmos nas vidas dos sujeitos a partir de seus depoimentos e análises.

Destaco que uma das principais referências desta pesquisa é a obra publicada pelo Penesb/UFF no ano de 2015, “Negritude e Universidade”, na qual se questiona o papel da Universidade no processo de luta pela igualdade racial nas últimas décadas, conforme descrito por Oliveira (2015). A autora destaca a necessidade de que outros trabalhos enfatizem a compreensão da relação entre a Universidade e a promoção da igualdade racial.

Uma vez realizada a revisão de literatura e análise dos dados, a pesquisa privilegiou os relatos dos concluintes dos cursos de graduação da Universidade Federal Fluminense que ingressaram em 2004. As metodologias quantitativa e qualitativa foram utilizadas em caráter complementar por meio da análise dos bancos de dados dos graduados, ingressantes de 2004 e aplicação de questionários.

A opção pelo ano de 2004 se justifica por ser este o ano em que – atendendo proposta do Penesb, após realização do Censo Étnico Racial em 2003 – a UFF incluiu no questionário de seleção para o Vestibular o quesito “cor” de acordo com as categorias do IBGE, possibilitando, através dos bancos de dados, acessar a distribuição racial dos discentes no interior da UFF. Outro fator que motiva minha preferência pelo ano 2004 é o

tempo de graduados dos que ingressaram nesse ano e concluíram os cursos frequentados. Suponho que nesse período, frequentando cursos com duração mínima de 4 anos e máxima de 7, o tempo de formados é razoável para evidenciar os efeitos do curso de graduação na vida dos egressos. Pretendo investigar não só o acesso dos estudantes negros, como a permanência e a conclusão dos cursos, assim como a conversão da Educação adquirida em mobilidade socioeconômica.

2- A trajetória dos graduados que ingressaram na UFF em 2004 egressos da turma 2004:

Conforme descrito ao longo do texto, pesquisas revelam que a população negra apresenta desvantagens em todas as fases do processo educativo; maior índice de analfabetismo, distorção série/idade e evasão escolar. De acordo com o proposto por Teixeira (2003) – em pesquisa sobre a trajetória de universitários em uma Universidade Pública Federal –, o trabalho com o Ensino Superior pode oferecer subsídios para entender o percurso daqueles que conseguiram superar tais dificuldades e ingressar no universo restrito do Ensino Superior Público.

Para acessar os sujeitos da pesquisa, recorri à Coseac/UFF, localizada no Bloco C, Térreo, Campus do Gragoatá. Nesse setor, entrei em contato com a Senhora Roseli e a mesma disponibilizou um banco de dados referente ao Vestibular de 2004. Esse banco contém os dados dos alunos matriculados no referido ano na Universidade Federal Fluminense. Constam no mesmo: curso escolhido, idade, situação final dos inscritos (concluinte ou não) e endereço de e-mail.:

A análise dos dados referente aos alunos matriculados após o exame Vestibular demonstra que o processo é trilhado de forma extremamente diversa por negros e brancos, perpetuando na Universidade Federal Fluminense um perfil branco.

A população branca busca a Universidade em maior número e proporcionalmente, após as diversas etapas, apresenta maior aprovação. É possível verificar um processo de discriminação na distribuição dos alunos pelas diversas carreiras. No curso de Medicina, o mais concorrido do Vestibular e historicamente reconhecido como curso de elite, dentre os alunos matriculados, 75% são brancos, enquanto 22,4% de negros compõem o quadro. O curso de Direito, conhecido como curso de elite e alto retorno financeiro, apresentou 71,9% alunos brancos, enquanto 32,1% dos alunos matriculados no ano de 2004 eram negros. No curso de Odontologia, 72,4% dos alunos matriculados eram brancos, enquanto 27,6% eram negros. Nessa cadeia chamou atenção a inexistência de alunos pretos matriculados.

Dentre os cursos que apresentaram maior matrícula de alunos negros, destacam-se os de Licenciatura em Química (com 55,3% de alunos negros e 44,7% de brancos), o de Pedagogia (com 41,8% de alunos negros e 56,2% de alunos brancos) e o de Serviço Social (com 50,06% de alunos negros matriculados e 47,7% de brancos).

O cenário torna-se mais grave quando analisamos os dados referentes aos alunos que concluíram os cursos. Supõe-se que, além da expressiva exclusão dos estudantes negros na seleção, existam entraves que impedem a permanência e a conclusão dos cursos. No curso de Ciências Econômicas, por exemplo, 48% dos jovens negros não conquistaram o diploma universitário. No curso de Engenharia Elétrica, o percentual de alunos negros que não concluem o curso universitário chega a 53%, ou seja, mais da metade. Em Química Industrial, verifica-se que 76% dos estudantes negros não concluem o curso. O curso com maior número de alunos não concluintes é o curso de Física, com 81% dos alunos negros.

É possível observar uma dupla exclusão dos alunos negros na Universidade Federal Fluminense: um grupo expressivo é eliminado ainda no processo de seleção e, segundo os dados referentes aos alunos concluintes, os que conseguem ingressar passam por um processo de alijamento no interior da Universidade que muitas vezes culmina com o abandono dos cursos.

A análise dos dados também demonstra que a exclusão é mais expressiva nos cursos ligados às áreas de ciências exatas, onde se espera do aluno domínio significativo de conhecimentos em Física, Química e Matemática. Verifica-se, no entanto, grande exclusão nos cursos que se propõem a estudar língua estrangeira: no curso Português/Alemão, 67% dos alunos negros que ingressaram em 2004 não concluíram o curso; Português/Italiano registrou reprovação de 75% e Português/Literaturas apresentou apenas 35% de alunos negros não concluintes.

Os dados supracitados podem apontar deficiências nessas áreas provenientes da Educação Básica. Matemática, Química, Física e Línguas Estrangeiras são áreas que apresentam desempenhos pouco satisfatórios nos instrumentos que medem a qualidade da Educação. Tais constatações indicam que a análise do acesso e permanência dos alunos no Ensino Superior deve se dar em conjunto com a análise da Educação Básica oferecida a esses sujeitos.

2.1- Análise dos gráficos construídos a partir dos questionários enviados aos egressos da turma 2004:

Os dados permitiram a análise das trajetórias dos estudantes negros que pleitearam o Vestibular no ano de 2004, da matrícula no concurso à conclusão do Ensino Superior, e foi constatada a progressiva exclusão de pretos e pardos ao longo do percurso.

Após o período de inscrição no certame, apurou-se que brancos somavam 54,9% dos candidatos, enquanto negros eram 42,1%. No final do processo, o quadro altera-se significativamente: 64,10% de estudantes brancos foram aprovados no concurso, enquanto os estudantes negros somavam 33,73%. Constata-se também uma expressiva reprovação desse grupo ao longo da graduação. No curso de Engenharia Mecânica, por exemplo, o percentual de negros não concluintes chega a 77%.

Entretanto, parte dos alunos negros superaram os entraves que marcaram o processo e concluíram o curso superior. Assim como Teixeira (2003), também questiono sobre quais fatores favoreceram esses sujeitos ao longo do processo. Por que esses negros e não outros? Para analisar esses fatores e o impacto da graduação na mobilidade social e econômica desses sujeitos, é necessário chegar aos egressos, o que constituiu a parte mais dura do processo.

Mais uma vez reitero a importância de registros e da disponibilização dos mesmos à pesquisa. O material fornecido pela Coseac/UFF continha os e-mails de parte desses sujeitos. A tecnologia constituiu uma ferramenta importantíssima no percurso deste estudo, uma vez que permitiu o contato com parte dos egressos, além do envio e preenchimento dos questionários.

Durante cerca de três meses, elaborei um questionário que pudesse desvelar peculiaridades do percurso desses sujeitos ao longo e após a conclusão do curso. Após muitas tentativas, cheguei a uma proposta de questionário. Com o material pronto, pesquisei um meio eletrônico para que meus respondentes pudessem completar o questionário através de um link na internet.

O servidor escolhido foi Eval&Go. Hospedei o questionário, elaborei uma carta de apresentação e encaminhei aos e-mails disponíveis no banco. Destaco que o banco fornecido contém os dados de todos os egressos que no período de matrícula na Universidade declaram-se negros. Dos 1322 candidatos negros matriculados, 1003 apresentavam endereço de e-mail. Dos 1003 e-mails enviados, 188 não chegaram aos

destinatários. Dentre os que foram recebidos, acredito que parte significativa não seja mais acessada pelos responsáveis, na medida em que é comum a troca de endereços eletrônicos.

Foram preenchidos 76 questionários. O material é bastante rico, com comentários dos egressos sobre suas trajetórias durante e após o curso de graduação. Acredito que a análise dos questionários é de grande valia para verificar se a conquista do nível superior representa ascensão social para negros.

O item “cor” foi respondido por 73 egressos. Embora o banco de dados comporte apenas alunos que na época do Vestibular declararam-se negros, nesse momento, 20% dos respondentes declaram-se brancos.

É importante ressaltar que a UFF nunca contou com um sistema de Ação Afirmativa baseado em cor ou raça, o que comprova que as declarações foram espontâneas e despreziosas. Meu questionamento recai sobre os motivos que levaram a uma mudança nessa declaração.

Em sua pesquisa de doutoramento, Teixeira (2003) constatou que, para a maior parte dos pesquisados, aspectos raciais na definição da identidade dificilmente apareciam de imediato. Características da personalidade e do caráter mostraram-se preponderantes. Muitos apresentaram dificuldades para descrever seu pertencimento racial. Ao citar Velho (1994), a autora destaca que a identidade racial, além de socialmente dada, é também adquirida conforme se toma consciência dela.

Na medida em que a identidade racial apresenta aspectos socialmente construídos, pode alterar-se conforme as experiências dos sujeitos na sociedade brasileira, marcada pelo ideal de branqueamento. Teixeira (2003) destaca que esse campo de possibilidade é mais fluido para indivíduos pardos, ou para aqueles que apresentam características comuns a negros e brancos.

Teixeira (2003) acrescenta que há uma grande diferença entre considerar-se negro ou assumir-se como negro, posto que aquele que se considera, pode deixar de se considerar. A autora destaca a importância do contato com o Movimento Negro no processo de construção da identidade racial. Ainda que indiretamente, o movimento contribuiu para que as pessoas se assumam como negras, incorporando uma ideologia racial positiva.

Uma conquista significativa das lutas do Movimento Negro é o resultado do Censo de 2010, onde a maior parte da população declara-se negra. Sabe-se que o percentual de pretos no Brasil é pequeno. Assim, muitos mestiços migram da

autodeclaração de marca para a de origem, que dentre outros fatores, baseia-se na ancestralidade negra.

Acredito que apesar dos esforços da sociedade civil organizada, experiências que descrevem as características do fenótipo negro como negativas podem favorecer a mudança de postura daqueles que apenas se consideram negros.

Excluindo-se os respondentes que hoje se declaram brancos e indígenas, tem-se a seguinte configuração:

Quadro 2 - Respondentes por cor ou raça excluindo os que alteraram a declaração:

Como você define sua cor?	Número	Percentual
Total	60	100%
Preta	24	38%
Parda	37	61%

Fonte: Questionário com egressos do Vestibular 2004

A alteração do quadro, isso é, parte dos estudantes que se autodeclaravam negros e identificam-se hoje como brancos, não leva à exclusão desses respondentes da pesquisa, mas aponta para outra possibilidade, configurada na criação de uma nova categoria: sujeitos que modificaram a autodeclaração racial. Questiono se a trajetória desses sujeitos é similar aos que se reafirmaram como negros. O formato do questionário permitiu que os respondentes deixassem comentários sobre as questões. Acredito que além dos dados estatísticos, a comparação entre a fala dos dois grupos foi fundamental para a pesquisa.

Quadro 03: Influência da cor na trajetória de vida

Sua cor influenciou na sua trajetória de vida familiar, escolar, profissional e demais relações?	Número	Percentual
Total	73	100%
Sim	22	30.14%
Não	51	69.86%

O Quadro 03 refere-se à influência da cor na trajetória de vida dos respondentes. 30,1% reconhecem influência da cor na sua trajetória de vida, enquanto 69,1% acreditam que não houve influência. Quando se desagrega a análise entre os que mantiveram a autodeclaração negra e os que migraram para branca, identifica-se a manutenção dos percentuais encontrados no total.

Contudo, nos comentários acerca de suas escolhas, os grupos divergem. É possível encontrar traços do conflito racial brasileiro, dificuldades para identificar o seu pertencimento racial e as implicações do mesmo na vida cotidiana, principalmente no grupo que alterou sua classificação para branca.

Apesar de constar nos registros oficiais cor parda, meu tom de pele é considerado branco. Não tenho experiências de preconceito racial em função disto. Este fato, por si só, pode ser indicativo de que a cor tenha influenciado minha trajetória. (Respondente que se autodeclarou branco no questionário de egressos)

Considero o relato acima um exemplo significativo do conflito racial vivido pelos brasileiros. Registrada como parda, afirma que seu tom de pele é considerado branco. Seria a visão da sociedade ou da entrevistada que se enxerga como branca, apesar do registro pardo no documento? Apesar de ter ou não conhecimento acerca do ideal de branqueamento, a egressa deixa claro que percebe que seu tom de pele mais claro pode tê-la protegido do racismo e da discriminação racial e favorecido sua trajetória de vida.

Não tive tantas barreiras como as que encontram pessoas integrantes das minorias diversas. (Respondente que se autodeclarou branco no questionário de egressos)

Não foi a cor da minha pele que me fez chegar aonde cheguei, e muito menos que me manteve em meu emprego, e sim o meu esforço de horas de estudo. (Respondente que se autodeclarou branco no questionário de egressos)

Minha cor não influenciou, mas sim meu nível social. (Respondente que se autodeclarou branco no questionário de egressos)

Os três depoimentos acima apresentam traços significativos do pensamento racial brasileiro. A consciência de que as minorias diversas enfrentam maiores dificuldades nas suas trajetórias de vida e de que o nível social confere vantagens expressivas no percurso dos sujeitos contrasta com a ideia de que a meritocracia e esforço pessoal são os únicos responsáveis pelo sucesso dos indivíduos. As falas dos correspondentes também corroboram com as constatações de Ribeiro (2012). Para o

autor, diferenças raciais influenciam na mobilidade social e econômica dos sujeitos, contudo, as diferenças entre as classes sociais são preponderantes no processo de exclusão e diferenciação social.

Acredito que minha cor exerce influência em alguns aspectos da minha vida, principalmente nas relações do dia a dia. Aquelas fora do meu ambiente de trabalho. Sou servidora pública e muitas vezes quando preciso me apresentar como tal em bancos, ou em outras instituições, percebo certo descrédito e sempre tenho que apresentar credenciais para ser acreditada. Já fui discriminada em um banco, com menção explícita ao meu cabelo, por uma senhora que questionou por que eu estava sendo atendida pelo mesmo gerente que ela, já que tinha "aquele" cabelo. Já fui a única a ser parada e ter a mala revistada na volta de uma viagem no aeroporto, onde só havia eu de negra no voo, isso aconteceu aqui no Brasil. Já fui questionada por um motorista de ônibus do porquê de eu estar pegando ônibus para zona sul, já que os ônibus para o subúrbio eram do outro lado. Como se pelo fato de ser quem eu sou não pudesse morar na zona sul. Fora os olhares de reprovação para o cabelo crespo e as "dicas" que sem pedir as pessoas dão para eu alisar o cabelo. (Respondente que se autodeclarou negra em ambos os questionários

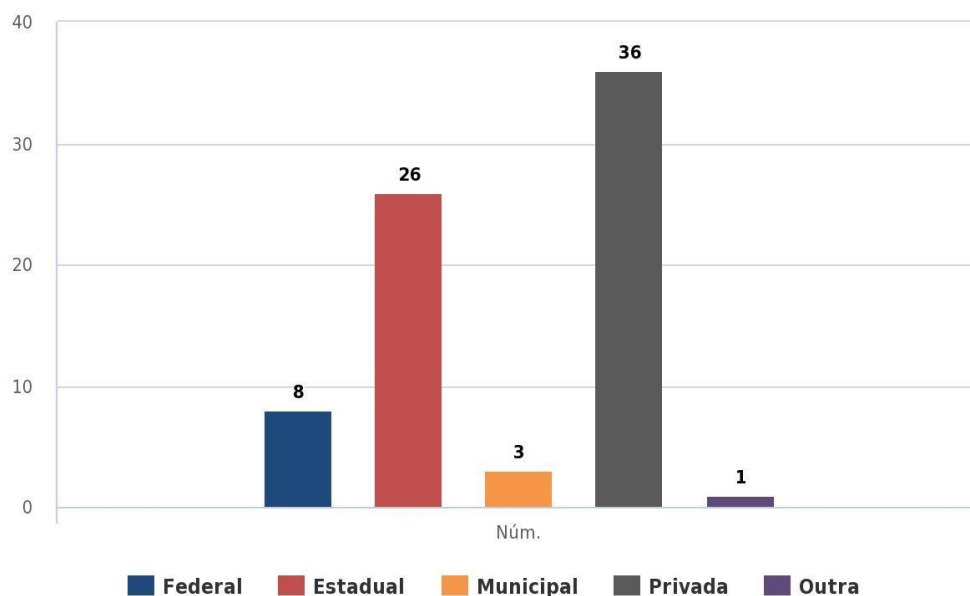
Na fala da respondente supracitada, que se autodeclarou negra em ambos os questionários, percebe-se que o fenótipo negro é expressivo. Como numa catarse, a egressa descreve uma série de situações constrangedoras pelas quais muitos negros passam no seu cotidiano; a discriminação incisiva que leva os sujeitos a permanecer num constante estado de vigília e de defesa. A todo tempo, são questionados sua capacidade, suas possibilidades e seu fenótipo marcado por traços de seus ancestrais africanos.

A informante descreve traços preponderantes do cotidiano das mulheres negras brasileiras, mulheres que sofrem discriminação racial e discriminação por sexo. Segundo Pinto (2007) ainda que mulheres brancas e negras sofram com o sexismo persistente na sociedade, as brancas conseguem – em alguma medida e mesmo de forma desigual se comparadas aos homens –, acessar mecanismos que lhes possibilitem enfrentar as desigualdades de gênero. Ou seja, o percurso das mulheres negras tende a apresentar maiores entraves se comparado ao das mulheres brancas.

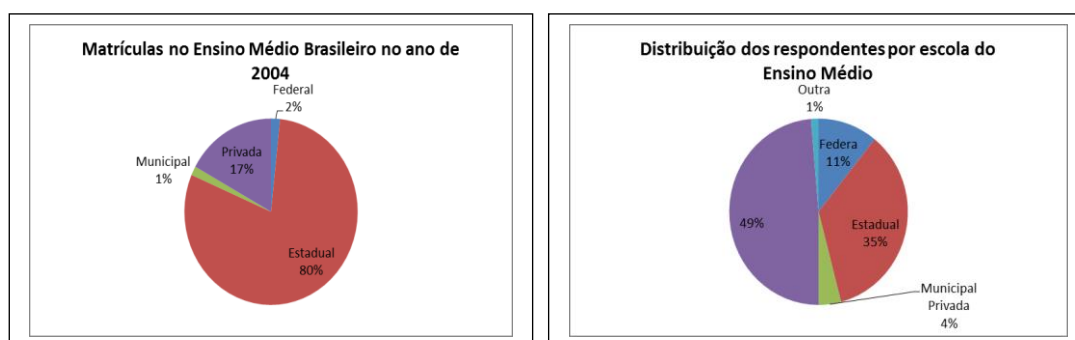
A comparação entre os três respondentes que alteraram a autoclassificação negra para branca no segundo questionário e a respondente que se declarou negra em ambos sinaliza os reflexos da “gradação da cor” na sociedade brasileira. Enquanto os

primeiros reconhecem a existência da discriminação para com as minorias e o impacto do nível social na trajetória de uma vida, afirmando não perceber influência de seus fenótipos na trajetória de suas vidas, a última deixa claro o quanto pode ser penoso a vida da mulher negra no cotidiano da cidade, reafirmando a todo tempo seu valor a despeito da cor da pele.

Distribuição dos alunos por escola:



Quando questionados sobre a esfera à qual pertence a escola onde cursaram o Ensino Médio, 49,32% frequentaram escolas privadas, enquanto 50,69% frequentaram escolas públicas. Todavia, é importante destacar que 10,96% dos respondentes frequentaram escolas federais que conhecidamente são instituições diferenciadas e aparecem nas primeiras colocações nos diversos exames de avaliação e desempenho da Educação Brasileira.



Nos gráficos acima, foram confrontados os dados do Censo Escolar 2004 referentes ao Ensino Médio e as esferas educacionais declaradas pelos respondentes. Enquanto 80% dos jovens brasileiros frequentaram escolas estaduais no Ensino Médio, apenas 35% dos respondentes estavam matriculados em escolas estaduais. 17% dos jovens brasileiros estavam matriculados em escolas privadas, enquanto 49% dos respondentes pagaram pelo Ensino Médio.

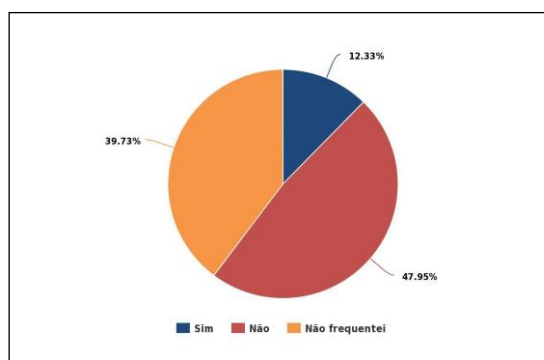
Um dos dados que mais chamam atenção é o percentual de matrículas em escolas Federais, notoriamente escolas diferenciadas. Apenas 2% dos jovens brasileiros estudavam nesse tipo de escola no ano de 2004 enquanto 11% dos respondentes estavam matriculados em escolas dessa esfera.

A análise do panorama mostra que esse grupo foi de alguma forma favorecido pelo acesso a escolas que podem apresentar melhor qualidade; escolas privadas e federais, cenário diferente da maior parcela da população negra que frequenta escolas públicas estaduais no Ensino Médio conforme o Censo da Educação de 2004.

A análise do impacto dos cursos de graduação na trajetória dos egressos negros implica também analisar a rede de apoio que esses sujeitos contaram ao longo de suas vidas. Ao que parece, o grupo investigado contou com estruturas e possibilidades que contribuíram para o acesso à Universidade Pública, constatações que corroboram com a pesquisa de Tobias (2014).

Conforme foi possível observar no último depoimento, o fato de contar com uma rede de apoio e ascender ou permanecer nas classes médias não livram esses sujeitos de experiências com o racismo e a discriminação presentes na sociedade brasileira. A depoente nos relata ter um emprego público e morar na Zona Sul da Cidade. Contudo, a todo tempo necessita provar para os que estão ao seu redor que conquistou o espaço que ocupa.

Frequência a cursos preparatórios para o Vestibular de caráter popular ou não



No gráfico acima, foi analisada a frequência dos entrevistados a cursos preparatórios para o Vestibular. 60,27% dos respondentes afirmaram ter frequentado cursos preparatórios para o Vestibular. Destes, apenas 12,33% tratavam-se de iniciativas de caráter popular ou eram voltados para a população negra. 47,95% dos egressos frequentaram cursos preparatórios privados. A frequência expressiva a cursos preparatórios privados para os Vestibulares é mais um indício de que os egressos contavam com rede de apoio acima da média da população brasileira.

Os dados demonstram que os egressos contavam com nível social e econômico superior à média da população brasileira na época do Vestibular. Diante do quadro, dediquei-me a investigar características da família dos respondentes. Para tanto, foi necessário adotar um modelo que pudesse esclarecer características sociais e econômicas das famílias e a mobilidade ou não dos egressos.

Decidi utilizar o método adotado por Ribeiro (2014). Para verificar a mobilidade social e econômica dos sujeitos de sua pesquisa, o autor analisou a ocupação dos pais ao longo da infância e adolescência dos pesquisados e a ocupação dos mesmos quando adultos. Sendo assim, as respostas das questões que tratam do nível de instrução e ocupação dos pais durante a infância e adolescência dos egressos, foram comparadas às respostas das questões que se referem à ocupação dos respondentes nos dias de hoje.

Quadro 04 – Nível de instrução dos pais dos pesquisados

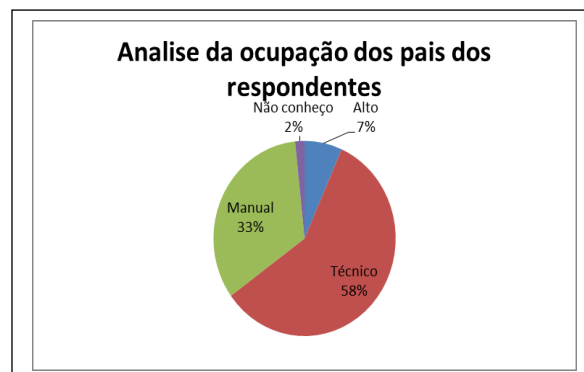
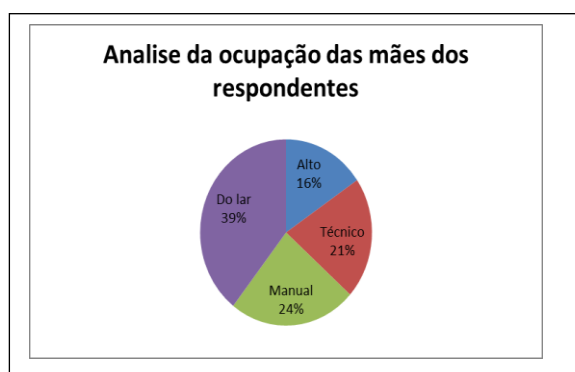
Qual o nível de instrução do seu pai?	Número	Percentual
Total	72	100%
Fundamental incompleto	19	26.39%
Fundamental completo	12	16.67%
Médio	21	29.17%
Superior	16	22.22%
Pós-Graduação	4	5.56%

Quadro 05 - Nível de instrução das mães dos pesquisados

Qual o nível de instrução da sua mãe?	Número	Percentual
Total	72	100%
Fundamental incompleto	16	22.22%
Fundamental completo	9	12.5%
Médio	25	34.72%
Superior	17	23.61%
Pós-Graduação	5	6.94%

Segundo os quadros 04 e 05, 27,78% dos pais concluíram o curso superior, enquanto 30,55% das mães apresentavam esse grau de instrução. Ao passo que 91,67% egressos concluíram o Ensino Superior. No que tange à instrução, houve um expressivo avanço dos filhos em relação aos pais. Mais da metade dos pesquisados situam-se num nível superior ao de seus pais, apontando para uma mobilidade social ascendente, conforme proposto por Hasenbalg (1988).

Os dados desta pesquisa apontam para um aumento expressivo do nível de instrução e uma tendência familiar à mobilidade social, na medida em que 64,38% dos respondentes nos informam que não foram os primeiros de suas famílias a ingressar no Ensino Superior. Desta forma, acredito que o avanço também atingiu parentes próximos dos egressos, como irmãos.

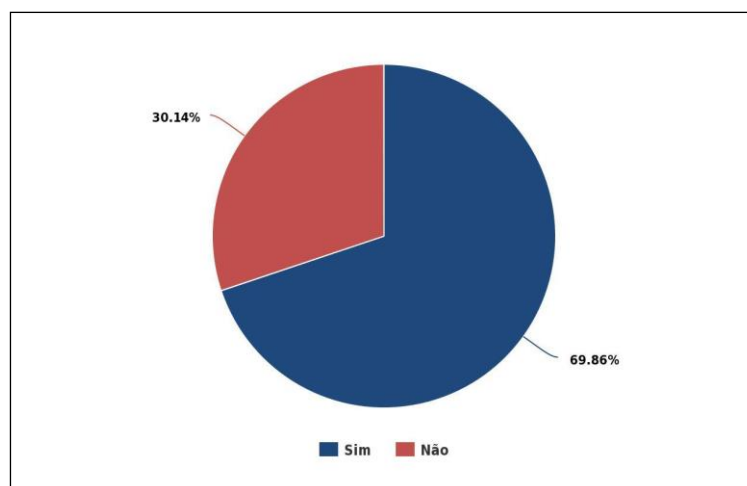


A partir de Hasenbalg e Silva (1999), foram elaboradas quatro categorias para classificar as profissões dos pais. Superior (profissionais liberais), Técnico (funções técnicas, administrativas e de rotina), Manual (trabalhadores manuais) e Do Lar (dedicam-se apenas ao cuidado da família).

Verifiquei que a maior parte das mães (39%) dedicou-se ao lar, não exercendo trabalhos remunerados. Apesar do nível de escolaridade das genitoras se aproximar do nível dos genitores, é possível verificar que o nível de instrução das mães é ligeiramente maior que o dos pais. A concentração de mães na categoria de trabalho considerada “Alto” é duas vezes maior que a dos pais. Em sua dissertação de Mestrado, Juliano Tobias (2014) constatou que a formação das mães é fundamental para o acesso à Educação e mobilidade social da população negra.

Os gráficos acima revelam que 57% das mães dos egressos tinham ao menos o Ensino Médio e 39% dedicavam-se apenas ao lar e à família, o que pode ter favorecido a escolarização dos filhos.

Análise da ocupação dos respondentes: Atua na profissão para qual se formou?



Enquanto 16% das mães e 7% dos pais ocupavam profissões no nível considerado alto, 70% dos respondentes declararam trabalhar na profissão para a qual se formaram, isto é, exercem função de nível superior que podem ser classificadas no nível alto. Apesar de os dados apontarem para mobilidade social e econômica, ainda é necessário ampliar os estudos e analisar as condições de trabalho e a satisfação frente à rotina, além de investigar a situação daqueles que não exercem a profissão ou

desistiram antes do fim do curso. Tais questões ficam registradas para os estudos vindouros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados preliminares indicam que os negros que acessaram a Universidade Federal Fluminense no ano de 2004 contavam de alguma forma com uma rede de apoio que lhes conferiu vantagens acima da média da população brasileira. Não obstante seja possível constatar a presença de estudantes negros em todos os cursos oferecidos pela Universidade Federal Fluminense no ano de 2004, verifica-se que a maior parte concentrava-se em alguns nichos de carreiras menos privilegiadas, como Serviço Social e Pedagogia.

Cabe ressaltar que esses sujeitos ingressaram no Ensino Superior sem qualquer proposta de Ação Afirmativa. Entendo, pois, que um projeto cuja preocupação englobasse a reserva de vagas promoveria o acesso mais igualitário dos grupos raciais às cadeiras oferecidas pela UFF, principalmente no que se refere aos cursos de maior prestígio social.

A análise também revela o impacto do fenótipo sobre a trajetória dos sujeitos, na medida em que aqueles que faziam parte de categorias transitórias, que de certa forma levaram à mobilidade na autodeclaração racial, demonstram menor impacto da influência do pertencimento racial sobre a trajetória de vida.

Um dos pontos cruciais no que tange à discussão sobre a democratização do Ensino Superior é a necessidade de uma reforma significativa na Educação Básica Brasileira, com especial atenção às escolas públicas estaduais e municipais que, segundo os dados dos últimos Censos da Educação Básica, incorporam a maior parte da população brasileira menos favorecida, com destaque à população negra.

Percebe-se, portanto, que a maior parte dos estudantes negros que acessaram a UFF no ano de 2004 estudou em escolas privadas e públicas diferenciadas, como as escolas federais. Diante o fato, acredito que lacunas na Educação oferecida pelas escolas municipais e estaduais alijam uma parcela significativa dos estudantes negros do acesso à Educação Superior Pública.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO:

Livros

- BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. Classificação, desclassificação, reclassificação. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.
- CONSTITUIÇÃO 1988. **Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988**. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Ser Professor no Brasil: História Oral de Vida**. Campinas: Papirus, 1997.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- HALL, Stuart. **Da diáspora**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação**. Brasília: UNESCO, 2002.
- IÑIGUEZ, Lupicínio (org.). **Os fundamentos da Análise do Discurso. Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude. Usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.
- _____, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: MEC, 2001.
- OLIVEIRA, Iolanda (org). **Relações Raciais e Educação: novos desafios**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- OLIVEIRA, Iolanda (org). **Cor e Magistério**. Rio de Janeiro: Eduff, 2006.
- OLIVEIRA, Iolanda (org). **Negritude e Universidade: evidenciando questões relacionadas ao ingresso e projetos curriculares**. Niterói: Alternativa, 2015.
- SILVA JR., Hédio. **Discriminação Racial nas Escolas: entre a lei e as Práticas Sociais**. Brasília: UNESCO, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes. 2000

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Demais Publicações

SEYFERTH, Giralda. **O conceito de raça e as Ciências Sociais**. Mimeografado (s.d.)

PINTO, Gisele. **Trajetórias de mulheres negras estudantes de mestrado da UFF: um estudo sobre estratégias e possibilidades de ascensão social**. *In:* Oliveira, Iolanda de (org). Cadernos Penesb n. 9. Niterói: EdUFF, 2007.

SOARES, Adauto Martins Filho. **O recorte étnico-racial nos sistemas de informações em saúde do Brasil**. *In:* BATISTA, Luís Educarado (org). Saúde da população negra. 2ª ed., Brasília, DF : ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.

Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes:

Tatiana Dias Silva, Fernanda Lira Goes, organizadoras. Brasília: Ipea, 2013.

Sites

www.terra.com.br

www.oglobo.com

www.coseac.uff.br/

www.inep.gov.br

www.ipea.gov.br